

IJ00085
Versão 2

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO
FUNDAÇÃO JONES DOS SANTOS NEVES

GRANDE VITÓRIA:
ALGUMAS PRIORIDADES
(DOCUMENTO BÁSICO PARA DISCUSSÃO
COM A MISSÃO DO BANCO MUNDIAL)
VERSÃO 2

FJSN/Abril/78

IJ00085
1668/1978
Versão 2

39-48

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO
FUNDAÇÃO JONES DOS SANTOS NEVES



GRANDE VITÓRIA:
ALGUMAS PRIORIDADES

(DOCUMENTO BÁSICO PARA DISCUSSÃO
COM A MISSÃO DO BANCO MUNDIAL)

VERSÃO 2

750085
409815202
1668/78
Vitoria

SUMÁRIO

PÁGINA

1. ESTRUTURA ECONÔMICA E DEMOGRÁFICA DA GRANDE VITÓRIA E SEU PAPEL NO ESTADO	1
1.1. Posicionamento Introdutório	2
1.2. Localização: A Grande Vitória e o Contexto Maior	4
1.3. Posição Estratégica no Desenvolvimento Regio- nal e Urbano	6
1.4. Recursos Econômicos e Sociais e Potencial Eco- nômico da Área	9
1.4.1. Análise dos Grandes Agregados	10
1.4.1.1. Setor Primário	10
1.4.1.2. Setor Secundário	11
1.4.1.3. Setor Terciário	13
1.4.2. Infra-estrutura Econômico Social	15
1.4.2.1. Saúde	15
1.4.2.2. Esgotos Sanitários e Pluvial ..	17
1.4.2.3. Água Potável	18
1.4.2.4. Energia Elétrica e Iluminação Pública	20
1.4.2.5. Comunicação	20
1.4.2.6. Transporte Urbano	21
1.4.2.7. Aspéctos Educacionais na Micror- região de Vitória	24
1.4.2.8. Habitação - Panorama Geral da Microrregião	25
1.4.3. Potencial Econômico da Área	27
1.4.3.1. Atividades Industriais	27
1.4.3.2. Atividades Comerciais e de Pres- tação de Serviços	29
1.4.3.3. Atividade Turística	32
1.4.3.4. Atividades Primárias	34

1.5. Demografia	36
1.6. Planejamento Urbano	39
1.6.1. Objetivos	39
1.6.2. Fundamentação	39
1.6.3. Partido Adotado	41
2. DIMENSIONAMENTO DA POPULAÇÃO POBRE	43
3. ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL	46
ANEXO - PERFIL DOS PROJETOS	48

1. ESTRUTURA ECONÔMICA E DEMOGRÁFICA DA GRANDE VITÓRIA E
SEU PAPEL NO ESTADO

1.1.

POSICIONAMENTO INTRODUTÓRIO

O quadro econômico que, no Estado do Espírito Santo, se configura para um futuro já muito próximo, é de franca recuperação e rápido crescimento. Nesse contexto, a posição da Área Metropolitana de Vitória, composta dos Municípios de Cariacica, Vila Velha, Viana, Serra e Vitória, está se fortalecendo em ritmo indubitavelmente muito mais veloz. A dominância econômica da Capital consolidará a estruturação de um sistema regional com força de polarização sobre um território maior do que o estadual - áreas de Minas Gerais, do Sul da Bahia, talvez do Norte Fluminense, tenderão a nele articular-se, na medida em que as respectivas economias precisem apoiar-se em um porto marítimo de envergadura. É previsível, portanto, que a posição de Vitória na geografia sócio-econômica do Brasil seja alterada nos próximos decênios ascendendo à categoria de metrópole regional.

Mas, a rapidez do crescimento econômico de Vitória, sob influxos exógenos ao Estado do Espírito Santo, corre o risco de explodir em um meio regional marcado dentro do Estado pela inércia, senão pela estagnação ou retrocesso. Circunscrevendo-se o fenômeno ao seu reflexo urbano, é fácil demonstrá-lo: no Espírito Santo, as duas cidades cujos passados refletem ação de comando regional de certa importância, hoje se encontram em crise: Cachoeiro de Itapemirim e Colatina. Enquanto isso, não despontou competitivamente nenhum outro núcleo urbano - a não ser a Capital, em seu processo avassalador de expansão com muito do que se poderia qualificar de *inchação*.

A emergência de Vitória como importante *pólo de desenvolvimento*, e sua possível ascensão à categoria de Metrópole regional, podem refletir um mecanismo de desenvolvimento regional no qual o interior do Estado do Espírito Santo quase não é contemplado. A função de Estado-corredor tenderia a agudizar-se, articulando-se o pólo metropolitano diretamente com as áreas produtivas a que serve de escoadouro, e de que poderá funcionar como base de industrialização - o Quadrilátero Ferrífero, a zona do Rio Doce, até mesmo o Triângulo Mineiro e cercanias goianas.

O Espírito Santo - cuja economia tem funcionado historicamente voltada para fora do território estadual - deve necessariamente voltar-se para dentro de si próprio, com vistas a superar a crise de desenvolvimento. Nesse movimento de reversão, é fundamental o papel de Vitória como ponto de convergência de energias que tenderam persistentemente a disseminar-se. Por isso, a atração crescente que lhe tem proporcionado o crescimento muito rápido, e um futuro aparentemente brilhante, pode ofuscar a percepção do perigoso processo de esvaziamento do interior do Estado, e para isso até contribuir, o que seria mais grave.

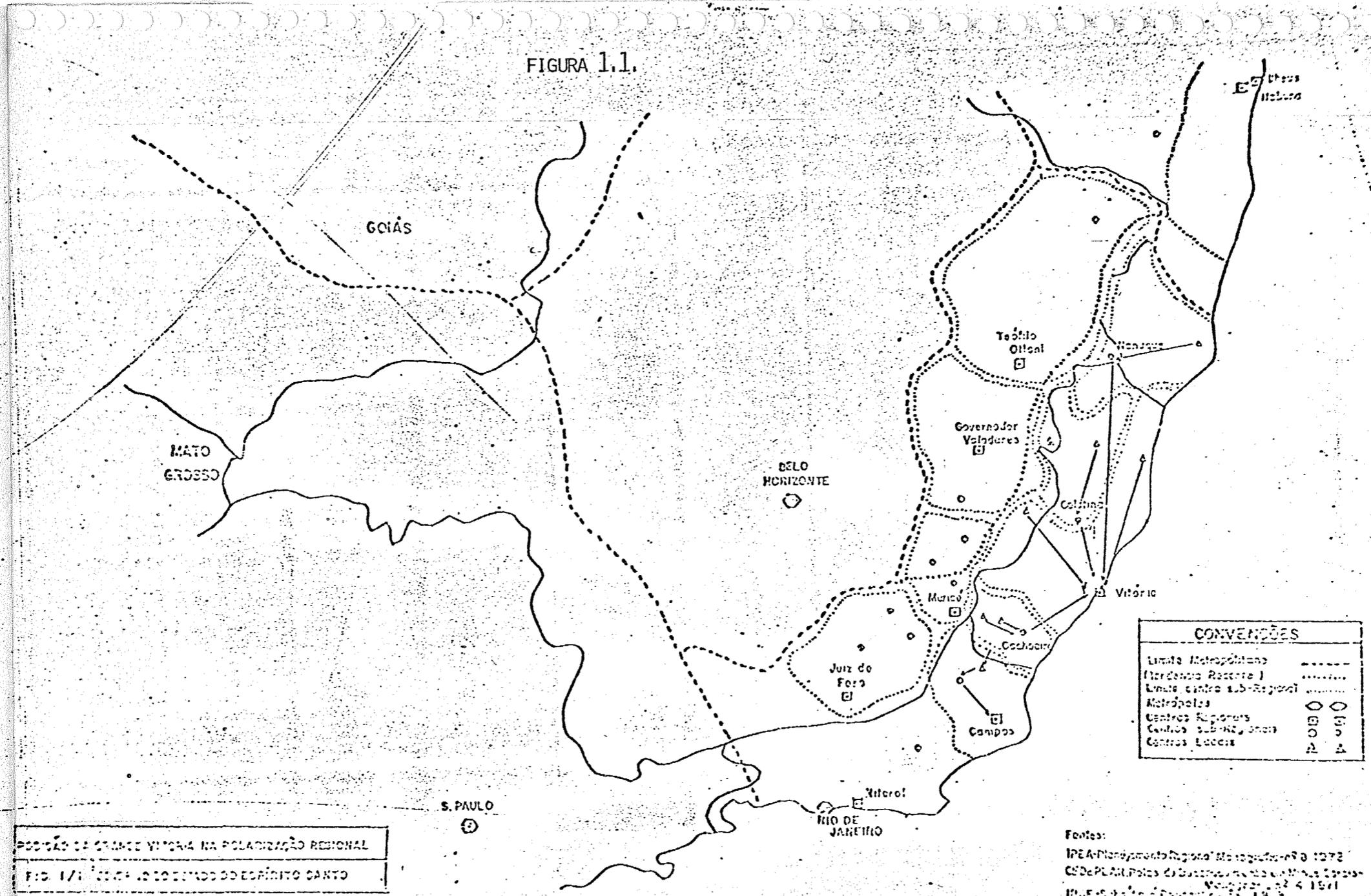
1.2. LOCALIZAÇÃO: A GRANDE VITÓRIA E O CONTEXTO MAIOR

Historicamente a região de Vitória tem exercido uma ação polarizadora no Estado, seja por ser a Capital político-administrativa, seja pelo seu porto marítimo de grande expansão, seja pelo fato de ser o grande centro supridor de serviços educacionais (principalmente de nível superior) e hospitalares não só no âmbito estadual como também para populações extra-estaduais. Em termos demográficos, esse poder polarizador fez-se sentir com o máximo de força a partir de 1960. Neste período, enquanto o incremento relativo da população desceu ao nível mais baixo para o conjunto do Estado, seu incremento foi máximo na Microrregião de Vitória. Deste modo, elevou-se consideravelmente a participação demográfica da Microrregião, passando de 13,7% em 1960 para 29% em 1977 sobre o total do Estado.

Além de sua ação polarizadora no Estado, a Microrregião tem como zona de influência áreas além dos limites estaduais, graças a algumas atividades de sua economia, apresentadas na figura 1.1. A ação polarizadora da Grande Vitória tende a ampliar-se graças a suas instalações portuárias cuja área de influência abrange além de todo o território capixaba, parte do Estado de Minas Gerais, parte de Goiás e Mato Grosso, Norte do Estado do Rio e Sul do Estado da Bahia.

As notáveis melhorias na infra-estrutura de transportes, que converge para os terminais marítimos de Vitória e Tubarão, vem consolidando nos últimos anos a formação do chamado corredor de transporte Vitória/Tubarão. Destacam-se entre as obras de infra-estrutura de transportes, as ligações asfálticas dos trechos Vitória-Belo Horizonte-Uberaba da BR-262 e Vitória-Salvador da BR-101; a duplicação da Estrada de Ferro Vitória-Minas e a futura ligação Vitória-Santo Eduardo pelo litoral.

FIGURA 1.1.



POSICÃO DE GRANDE VITÓRIA NA POLARIZAÇÃO REGIONAL
 FIG. 1/1 - LIMITES E LOCALIDADES DO ESPÍRITO SANTO

Fontes:
 IPEA-Planejamento Regional do Espírito Santo 1972
 CIDE/PLAN/Polo de Desenvolvimento do Estado do Espírito Santo - Novembro de 1961
 IBGE-Divisão de Regionalização 1959
 IBGE-Divisão de Geografia Física e Estatística
 Urucui

1.3. POSIÇÃO ESTRATÉGICA NO DESENVOLVIMENTO REGIONAL E URBANO

Entre as metrópoles brasileiras a Grande Vitória desfruta de um status que não é explicado pelo seu tamanho demográfico: a FIBGE, ao examinar a questão da centralidade do espaço geo-econômico do País, coloca-a em 12º lugar dentro de todo o sistema urbano nacional e em 4º lugar na Região Sudeste, abaixo, apenas, de São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte e acima de cidades como Campinas, Juiz de Fora e Santos. É que considera como função básica de uma cidade a distribuição de bens e de serviços para uma região, dita polarizada, e sua posição hierárquica decorre, diretamente, do nível em que se situa sua capacidade de atender a esta função; também, a magnitude de da área a que serve é daí derivada.

Figurando como centro de polarização de segundo nível, classifica-se como super-equipado em relação às suas dimensões e aos demais centros do mesmo nível; isto faz Vitória candidata à posição de metrópole regional, possibilidade reforçada pelos desenvolvimentos mais recentes.

A condição de pólo está relacionada ao fato de Vitória abrigar a sede do Governo, convergência de todas as atividades político-administrativas, centro de decisão para todo o Estado e um porto marítimo de porte nacional em grande atividade e expansão.

O estabelecimento, pelo Governo Federal, de diretrizes tendendo à descentralização urbana e industrial tem na Grande Vitória um benefício evidente: as vantagens locacionais para um novo pólo industrial não encontram similar, atualmente, em toda a costa brasileira. O apoio aos investimentos do Corredor de Exportação que aí tem uma ponta, às plantas siderúrgicas, ao estaleiro; mais o aceleramento das inversões da CVDR na linha, porto e pelotização; a imperativa necessidade de ampliar as frentes de exportação a custos de transferências competitivas; tudo isso destaca a aglomeração como um ponto onde as possibilidades de multiplicação econômica têm grande chance de acontecer em prazo relativamente curto.

Esta quase certeza permite ao administrador local, a tomada de decisões relacionadas ao acondicionamento da área, em suas múltiplas funções, para essa nova era.

O planejamento urbano é dessas, uma das mais relevantes.

A ação de forças diversas (Governo Federal, Estadual, Municipalidades, empresas, etc.), com objetivos peculiares e particulares é considerada parte do problema. O sucesso de qualquer planificação vai depender, em larga medida, da conciliação de tais interesses com a necessidade de ordenamento e racionalização do crescimento da Aglomeração.

Uma atitude positiva no sentido dessa conciliação é do mais alto interesse de todos os envolvidos na questão, considerando:

- Os vultosos investimentos do Governo Federal, já realizados, em curso e projetados, que podem ter no desordenamento urbano um ponto de estrangulamento capaz de inibir os benefícios que deles são esperados;

- A posição estratégica ocupada pela Aglomeração nos negócios do Governo Estadual, por ser aquela de crescimento mais dinâmico no Espírito Santo, principal geradora de renda e obrigadora de importante contingente populacional;
- A racionalização dos gastos dos Governos Municipais possibilitada pelo uso de planos diretores, resultando em ganhos na produtividade dos recursos dispendidos e na melhoria da qualidade da gestão, produto maior do Planejamento Integrado. A rigor, as Municipalidades serão as principais beneficiárias da adoção de semelhante procedimento e, também, absorverão as responsabilidades maiores de sua implementação; e
- As facilidades adicionais que a cidade apropriadamente arranjada coloca à disposição das empresas como suporte e estímulo à expansão.

1.4. RECURSOS ECONÔMICOS E SOCIAIS E POTENCIAL ECONÔMICO DA ÁREA

O presente item foi metodologicamente dividido em três partes visando conseguir assim uma abordagem mais homogênea no respeito aos aspectos descritivos. Na primeira parte serão analisados os três grandes setores da economia, os Grandes Agregados, isto é, Setor Primário, Setor Secundário e Setor Terciário. Na segunda parte serão feitas considerações a respeito da infra-estrutura básica disponível nos Municípios que compõem a Grande Vitória. Finalmente, será analisado de forma sintética o potencial econômico da Área em questão.

1.4.1. ANÁLISE DOS GRANDES AGREGADOS

A composição intersetorial da economia do Espírito Santo guarda estreita relação com a evolução histórica do Estado.

Considerando-se que até os anos 50 a economia capixaba estava montada em bases totalmente dependentes da monocultura cafeeira, é de se esperar que o quadro atual ainda apresente as repercussões de todo um passado agrícola. Entretanto, já se avulta com dinamismo a participação do setor industrial na formação da Renda Estadual. Espera-se que nos próximos anos o crescimento do Setor Industrial venha, mesmo, drenar o grande excedente populacional acumulado no grande *inchaço* provocado pelo crescimento hipertrófico do Setor Terciário. Na verdade, também por razões de ordem histórica, o Terciário se apresenta como peso bastante forte na formação da Renda Estadual. Vale notar que toda a estrutura de serviços sempre esteve à reboque do Setor Primário-exportador, que demandou, em sua face ãrea, considerável infra-estrutura portuária/comercial, posteriormente deformada pelo excedente imigratório.

1.4.1.1. SETOR PRIMÁRIO

As atividades primárias na Microrregião da Grande Vitória acham-se concentradas nos Municípios da Serra e Viana, que se constituem nos grandes pólos supridores de, especialmente, hortifrutigrangeiros para a microrregião. Nos anos recentes, o deslocamento do Centro Industrial para o Município da Serra reduziu sensivelmente sua participação no fornecimento de produtos primários. O uso alternativo da



terra foi tangido, mercê das expectativas ligadas ao complexo industrial, cada vez mais, para a construção de conjuntos habitacionais, locais de residência para o pessoal ligado ao pólo industrial. Dessa forma, tudo indica que caberá a Viana a responsabilidade de, pelo menos durante algum tempo, suprir a Microrregião no que se refere a produtos primários.

Com efeito, no que respeita à população economicamente ativa, a Serra e Viana têm, numa população total de 7.560 pessoas, aproximadamente 3.565 envolvidas em atividades primárias. Contraste-se estes dados com o fato de que todos os demais Municípios (Cariacica, Vila Velha e Vitória) apresentam tão somente, numa população economicamente ativa de 99.651 pessoas, 3.544 envolvidas nas atividades primárias.

1.4.1.2. SETOR SECUNDÁRIO

O Estado do Espírito Santo teve por longo período, sua economia assentada na cafeicultura e no binômio extração vegetal-pecuária. A erradicação dos cafezais e o extermínio da grande parte das florestas nativas determinaram séria perda no nível de emprego e de produto. Lançar-se à industrialização foi o caminho em boa hora planejado, que precisava, entretanto, de mecanismos suficientemente poderosos de geração de recursos para investimento, tendo em vista que as oportunidades alternativas para inversões eram, e ainda o são, disputadas por regiões de estrutura econômica mais avançada. Esses mecanismos nasceram com o Decreto - Lei nº 880, de 18.09.69, ao qual se juntaram instrumentos fiscais e financeiros da órbita do próprio Governo do Estado. Com o Decreto - Lei nº 880, surgiu o GERES - Grupo Executivo para Recuperação Econômica do Estado do Es

Espírito Santo, destinado a exercer papel de relevo na execução da política de atração de projetos, pela mão dos incentivos fiscais criados. O incipiente parque industrial capixaba estava a requerer, entretanto, projetos de maior significação, capazes de exercer efeitos multiplicadores de grande impacto. A definição de uma série de projetos de alta repercussão, nos ramos da siderurgia e da celulose, entre outros, altera as perspectivas econômicas do Espírito Santo a tal ponto que, de região exportadora de mão-de-obra passa agora a desempenhar o papel de fixação de novos contingentes demográficos, com as inevitáveis consequências no campo da infraestrutura e dos equipamentos urbanos. A Cia. Siderúrgica de Tubarão, o pólo paraquímico de Aracruz (que embora um pouco afastado da Microrregião exerce grande impacto sobre a mesma), e o complexo de pelotização da Cia. Vale do Rio Doce, são, portanto, os pontos altos da reversão da tendência histórica da economia espiritosantense, a determinar consideráveis efeitos interindustriais e ponderável incremento na magnitude do Produto Interno e do nível do Emprego e de Renda, espraiando repercussões sobre a arrecadação tributária, de um lado, e sobre os requisitos de infraestrutura (energia, água, habitação, treinamento, estradas, etc) por outro.

A magnitude dos investimentos realizados nos últimos anos pode ser visualizada através das informações abaixo relacionadas:

- a) A Cia. Vale do Rio Doce aplicou durante 1972/76 um montante de Cr\$ 5.017,5 milhões. No período 1977/81 a CVRD estima investir aproximadamente Cr\$ 11.823 milhões, dos quais Cr\$ 4.211,3 milhões aplicados na implantação de novas usinas de pelotização;
- b) A Companhia Ferro e Aço de Vitória aplicou Cr\$ 12,7 milhões em 1974, Cr\$ 102,3 milhões em 1975, Cr\$ 127,4 milhões em 1977;

- c) O sistema GERES/BANDES, mobilizou recursos da ordem de: Cr\$ 12 milhões em 1970, Cr\$ 19,9 milhões em 1971, Cr\$ 26,9 milhões em 1972, Cr\$ 34,0 milhões em 1973, Cr\$ 49,8 milhões em 1974, Cr\$ 62,8 milhões em 1975 e Cr\$ 114,6 milhões em 1976, o que traduz um crescimento de quase 1000% no período 1970/76.

No que respeita à população economicamente ativa, cerca de 25% do pessoal ocupado na Microrregião está alocado dentro do Setor Secundário. Comparativamente ao Estado como um todo, a participação da PEA no Setor Secundário microrregional atinge o nível de aproximadamente 40%.

1.4.1.3. SETOR TERCIÁRIO

Segundo estimativas do DIT/SEPL para 1970, o Setor Serviços participava com aproximadamente 77,5% na formação da Renda Interna da Microrregião. Aproximadamente 57% de toda a população economicamente ativa da Grande Vitória trabalha no Município de Vitória que, na condição de pólo urbano agrega a infraestrutura necessária à oferta da gama de serviços demandados pela região.

Por um lado, a grande concentração de todo o centro administrativo governamental, exerce um peso considerável no volume de empregos vinculados à prestação de serviços públicos. Por outro lado, a Universidade Federal do Espírito Santo, toda a rede de escolas de primeiro e segundo grau, escolas polivalentes, faculdades pertencentes à iniciativa privada, elevado número de hospitais e de empresas ligadas ao transporte, além de parte considerável da rede bancária estadual, concentram elevado percentual da oferta de serviços. A isso tudo se agrega a pressão exercida pelas atividades surgidas como consequência do crescimento industrial, que vêm, de

forma ainda mais dinâmica, gerar impulsos consideráveis no sentido de realçar a importância cada vez mais relevante do Setor Terciário no contexto microrregional.

No que respeita a população economicamente ativa da Microrregião¹ constata-se a impressionante participação da ordem de 71% nas atividades inerentes ao Setor Terciário. Analisando a população economicamente ativa em termos de relação Microrregião/Estado observamos que 48% de toda a PEA alocada no Setor Terciário está concentrada na Microrregião, o que denota um grande adensamento das atividades terciárias na Grande Vitória.

1.4.2. INFRAESTRUTURA ECONÔMICO-SOCIAL

A infraestrutura econômico-social da região encontra-se bastante defasada em relação à demanda.

O grande fluxo imigratório que durante o último lustro alimentou a Grande Vitória, gerou uma grande demanda para a qual o Setor Público não estava preparado. Apesar dos ingentes esforços dos vários níveis de Governo, que tem dado alta prioridade ao assunto, ainda são bem evidentes os descompassos e as carências existentes.

1.4.2.1. SAÚDE

Através da Secretaria de Saúde o Governo Estadual promove e coordena o Sistema de Saúde na Microrregião, que frequentemente se ressentida da escassez de recursos humanos, financeiros e técnicos.

O Instituto Nacional de Previdência Social - INPS - adotando o uso crescente do setor privado, mantém convênios com cerca de 26 estabelecimentos hospitalares da Microrregião, abrangendo todas as unidades pertencentes a Fundação Hospitalar do Espírito Santo, que é um órgão vinculado à Secretaria de Saúde.

Os indicadores estatísticos registram que:

A mortalidade geral está na ordem de 77 por 1.000/hab. e a mortalidade infantil situa-se em 83,4 crianças por 1.000 nascidas vivas.

Estes índices podem não ser exatos considerando-se a incontrolada evasão do registro de óbitos, principalmente no interior e nas regiões de

menor grau de desenvolvimento relativo.

As diarréias infecciosas, que apresentam o mais alto índice no obituário, três vezes superior à média do Estado, é um tipo de doença geralmente ocasionada pela contaminação da água ingerida.

Tem crescido a taxa de mortalidade por doenças transmissíveis, o que alerta para a precariedade cada vez mais acentuada, dado o processo de expansão e concentração, das condições de higiene ambiental.

É grande a participação de crianças e adolescentes nos óbitos verificados, seja pela falta de assistência médico-preventiva, deficiência de saneamento ambiental e educação sanitária ou insuficiência de instalações.

As maiores disponibilidades médico-hospitalares estão em Vitória, vindo a seguir Vila Velha e Cariacica.

A relação leitos por habitantes calculada para a Microrregião é superior a preconizada pela Organização Mundial de Saúde, que estabelece 5 por 1.000 habitantes. No entanto sabe-se que é deficitária a quantidade de leitos disponíveis e isto se explica dado o elevado número de leitos de longa permanência e ainda ao grande afluxo de doentes provenientes das regiões limítrofes. Assim, mesmo com uma relação atual de cerca de 6,0 leitos por 1.000 habitantes o estado geral dos hospitais da Grande Vitória é de total ocupação.

A situação se torna ainda mais crítica quando levamos em conta que a média acima é afetada pela grande especialização dos hospitais existentes. Na verdade, grande parte dos leitos ofertados estão adstridos a hospitais especializados em psiquiatria, tuberculose, e maternidades. Assim, caso não sejam computados estes leitos, a relação leitos (hospitais de clínica geral) por mil habitantes decrescerá consideravelmente.

A tabela abaixo apresenta a problemática natalidade/mortalidade com um realismo que dispensa maiores comentários. Apenas a título de ilustração, vale a pena enfatizar as diferenças em todos os municípios da microrregião, entre os nascimentos e os óbitos. Em se mantendo as tendências evidenciadas pelos dados, a pirâmide etária apresentará grande dilatação em sua base, ampliando-se ainda mais a participação jovem na formação total.

TAXA DE NATALIDADE E MORTALIDADE GERAL POR MUNICÍPIO 1970-75

MUNICÍPIOS	TAXA DE NATALIDADE		TAXA DE MORTALIDADE	
	1970	1975	1970	1975
Cariacica	9,1	7,4	4,8	3,5
Serra	17,0	25,2	5,7	4,0
Viana	28,2	23,8	6,0	4,7
Vila Velha	19,5	21,6	3,9	5,2
Vitória	49,5	59,8	19,3	20,3
TOTAL DA MRH	27,3	30,4	9,6	10,0
TOTAL DO ESTADO	27,3	25,5	7,5	7,2

FONTES: Secretaria de Estado da Saúde

Censo Demográfico do Espírito Santo - 1970 - FIBGE

1.4.2.2. ESGOTOS SANITÁRIO E PLUVIAL

Em toda a microrregião o processo de esgotamento usual é o das fossas

sêpticas individuais, pois não existe sistema reparador de esgotos sanitários. De um modo geral os efluentes das fossas vão ter às valas ou aos coletores de águas pluviais, quando existentes, para posterior deposição final nos cursos d'água.

Houve uma tentativa de construção de redes de esgotos sanitários que atendiam ao centro da cidade e o bairro Jucutuquara com galerias e estações elevatórias, mas com o tempo interligaram-se as redes de águas pluviais com as de esgoto, terminando por completo com o sistema.

Soluções parciais tem sido procuradas pela Companhia Espírito Santense de Saneamento - CESAN, assim como uma solução global, mas a carência de meios financeiros a impede de tomar qualquer iniciativa positiva neste setor.

Com o crescimento e adensamento populacional a inexistência de um sistema de esgotamento sanitário contribui para o prejuízo das condições sanitárias da população.

A drenagem da Ilha de Vitória tem como sistema principal o Canal Norte-Sul, obra do DNOS, para onde afluem algumas valas dragadas em terreno natural de fundo em terra, que não dão vazão aos aguaceiros. Na região de Vila Velha às vezes ocorre o transbordamento do rio Jucu, insufficientemente barrado pela construção de dois diques. A drenagem das vertentes dos morros se faz torrencialmente alagando as baixadas.

1.4.2.3. ÁGUA POTÁVEL

O Sistema de suprimento d'água está dividido em dois setores cujas capacidades instaladas e programadas são:

- a) O Sistema do Sul compreende a captação do Rio Jucu (com o Rio Mari nho) e o reservatório de Duas Bocas. O Sistema compreende duas ETA, uma em Cobi e outra em Vale Esperança, sendo esta última inaugurada para a 1.^a etapa de 1,250 m³. O sistema final está calculado para o Rio Jucu 2,5 m³/s. A rede de distribuição será revista dentro de um prazo de 20 anos em etapas de 5 anos cada.
- b) O projeto de abastecimento de água para o planalto de Carapina, (ao norte da Aglomeração Urbana) conforme os planos da CESAN, compreen de 2 fases de implantação, com uma capacidade final de 4,5 m³/s.

A 1.^a fase, composta pelas sub-etapas A, B, C e D, encontra-se na seguinte situação:

Sub-etapa A - Em operação, com captação na lagoa de Jacunem, com uma capacidade de 0,250 m³/s.

Sub-etapa B - Em execução de Obras. A captação será no Rio de Santa Maria, e totalizará um vazão de 1,050 m³/s.

Sub-etapa C - Nesta sub-etapa, a vazão permanecerá 1,050 m³/s, sen do adicionada à ETA Planalto.

Sub-etapa D - Construção de mais duas adutoras em Santa Maria, tota lizando uma vazão de 2,250 m³/s, prevista para o ano de 1981.

A 2.^a fase de implantação do Projeto Carapina deverá ainda ser obje to de definição por parte da CESAN.

Segundo informações colhidas do Estudo de Viabilidade Global efetuado pela CESAN, em 1976, o Sistema da Grande Vitória atendia a 73% da popu lação.

1.4.2.4. ENERGIA ELÉTRICA E ILUMINAÇÃO PÚBLICA

O fornecimento de energia elétrica para a microrregião de Vitória é mantido pela ESCELSA - Espírito Santo Centrais Elétricas - Subsidiária da Eletrobrás.

A capacidade de geração de energia não atendia à demanda criada pelo desenvolvimento que ocorreu na microrregião, ocasionando a reformulação do Plano de Obras da ESCELSA. Em 1974 a confirmação da implantação de uma série de "Grandes Projetos" de impacto na microrregião de Vitória, favorecendo o crescimento das Atividades Industriais, Comerciais e densidade demográfica, estabeleceram novos parâmetros de consumo que levaram a ESCELSA mais uma vez a reformular os Planos existentes, tendo sido firmado um contrato para o estudo do Potencial Energético necessário considerando os projetos existentes.

O consumo de Energia elétrica na Grande Vitória com base nos dados do mês de setembro de 1977 era da ordem de 80.279.509 kWh, assim distribuídos: 74,5% de consumo industrial; 12,8% de consumo residencial; 6,6 % de consumo comercial e 6,1% de outros consumos. Em termos de Estado do Espírito Santo, a região da Grande Vitória representa 88,05% do número de consumidores e 75,15% do consumo estadual. Desprovido de potencial hidroelétrico volumoso assim como de outras fontes de energia necessária a atender a demanda interna do Estado, o Espírito Santo vem sendo abastecido com energia do sistema FURNAS. Segundo informações da ESCELSA o sistema FURNAS abastece sozinho todo o diferencial entre a demanda interna e a capacidade de suprimento estadual, que representa cerca de 70% do consumo total do Estado.

1.4.2.5. COMUNICAÇÃO

A Telecomunicações do Espírito Santo - TELEST - é atualmente o



de integração de todo o sistema de Telecomunicações do Estado, de Vitória e, logicamente, da microrregião.

Vitória está integrada ao Sistema Nacional de Telecomunicações através de dois troncos de microondas, com capacidade simultânea de 3 programas de TV e 4.560 canais de Telefonia.

Encontra-se em implantação o tronco Vitória-Salvador que terá capacidade de 3.600 canais de telefonia e 1 canal de TV.

Através dos canais de telefonia podem também ser transmitidos: Telex, telegrafia e dados.

A Central telex de Vitória está sendo ampliada de 160 para 400 terminais.

Para o DDD e o DDI existem hoje 720 canais, estando sendo concluída a expansão para 1.680 canais.

Como parte da implementação de seu PLANO DIRETOR DE TELECOMUNICAÇÕES, a TELEST já ativou na Região da Grande Vitória 41.350 Terminais, todos ligados a centrais que permitem discagem direta dentro do Estado, a nível Nacional e Internacional.

1.4.2.6. TRANSPORTE URBANO

A população da Grande Vitória é atendida por um sistema de transportes coletivos urbanos integrado por 72 linhas. Estas são exploradas por 11 empresas, que movimentam diariamente 368 ônibus em cerca de 11 mil viagens, transportando em torno de 320 mil passageiros.

A relação entre o número de pessoas transportadas e a população da Grande Vitória é de 0,6, o que indica que cada grupo de 10 habitantes realiza em média 6 viagens por dia. O índice médio de ocupação dos ônibus é de 30 passageiros por veículo, indicando uma tendência para a superlotação nos horários-pico.

A viagem média para a Aglomeração como um todo, obtida através da ponderação das viagens de cada linha pelo número de passageiros por ela transportados, é de 22 Km (ida/volta) sendo necessários 65 minutos para concluí-la. Nesta situação, a velocidade média de operação dos ônibus está em torno dos 20 Km/h em condições de tráfego normal. Nas horas pico, geralmente acompanhadas por grandes engarrafamentos, esta velocidade cai a níveis incompatíveis com a vida de uma cidade, causando atrasos, quebra na frequência e conseqüentemente grandes filas e longos períodos de espera nos pontos de parada.

O sistema de transportes coletivos urbanos da Grande Vitória opera com várias deficiências, incapaz de fornecer atendimento adequado à população. O sistema não está bem aparelhado, não possui veículos em número suficiente e não é capaz de inspirar confiança aos usuários, em termos de frequência, conforto e pontualidade. Por outro lado, a precariedade do sistema viário da Grande Vitória é em parte responsável pelos engarrafamentos que vêm verificando-se há bastante tempo e que dificultam a operação normal da estrutura de transportes.

As vias que servem o sistema de transporte coletivos-STC da Grande Vitória possuem uma extensão de 204 Kms. Apesar de ser o município de menor extensão geográfica Vitória é o que apresenta uma maior extensão de vias de transportes coletivos (77Kms) em função de seu papel centralizador das atividades econômicas e sociais. Os municípios de Vila Velha, Serra, Cariacica e Viana, participam com 31 %, 17%, 13% e 1% das vias municipais servidas pelo "STC" respectivamente. A qualidade da pavimentação dessas vias, fator importante na determinação da velocidade

de comercial dos coletivos varia significativamente de município para município. Para a região da Grande Vitória como um todo 61,0% das vias correspondentes a 124 Km foram classificadas como vias que necessitam melhorias em seu pavimento, de acordo com o último levantamento direto realizado pela FUNDAÇÃO JONES DOS SANTOS NEVES em 1977. Em termos relativos o município cujas vias apresentam melhores condições de piso é Viana. Paradoxalmente este município participa com apenas 1% das vias servidas pelo STC da Grande Vitória, e o fato de apresentar 75% de vias em bom estado de conservação deve-se principalmente ao fato do mesmo ser servido em sua quase totalidade pela BR - 262. Os municípios mais carentes são Cariacica e Serra com respectivamente 98% (26 km) e 85% (31 km) de suas vias necessitando de melhorias na pavimentação. Vitória e Vila Velha apresentam um quadro intermediário, ainda que bastante precário, com respectivamente 58% (44 km) e 71% (44 km) de seus pisos necessitando melhorias.

O mais agudo de todos os problemas de circulação na Aglomeração Urbana da Grande Vitória, localiza-se na travessia do Continente - Sul à Ilha. O único meio atual de ligação entre a Ilha e o Continente é uma ponte que possui somente uma pista e, ainda, tem que servir às travessias diárias de trens cargueiros. Nesse contexto, a existência da baía de Vitória aparece como tábua de salvação. Ela possibilita a implantação de um sistema integrado de transportes coletivos aquaviário-rodoviário, principalmente por aproveitar os recursos naturais existentes e evitar a entrada de veículos no centro da cidade sem a necessidade de obras faraônicas de engenharia.

A FUNDAÇÃO JONES DOS SANTOS NEVES desenvolveu um estudo no sentido de se intensificar o transporte aquaviário dentro da Grande Vitória. Segundo o Plano, quando em pleno funcionamento, o Sistema de Transporte Aquaviário deverá contar com cerca de 23 barcas alimentadas por seis terminais: Paul (continente-Vila Velha), Porto de Santana (continente-Cariacica), Prainha (continente-Vila Velha), Centro (Ilha de Vitô

ria), Dom Bosco (Ilha de Vitória) e Ilha do Príncipe (estação rodoviária-Ilha de Vitória). Atualmente o sistema opera com apenas duas barcas fazendo o percurso Centro-Paul-Centro, transportando em média 80.000 passageiros por semana. Ainda este ano serão inaugurados os terminais de Prainha e Porto de Santana, quando então com mais cinco barcas será intensificado o transporte aquaviário na Grande Vitória.

1.4.2.7. ASPECTOS EDUCACIONAIS NA MICRORREGIÃO DE VITÓRIA

O quadro educacional na microrregião de Vitória mantém-se coerente com a situação existente no restante do país. Apesar das peculiaridades inerentes ao Estado, o problema educacional na microrregião guarda estreita relação com outras metrópoles de igual porte no contexto nacional.

Aproximadamente, 72% da população da microrregião sabe ler e escrever. A interpretação deste índice, no entanto, deve ser feita com alguma cautela, tendo em vista que, por exemplo, o município de Viana, apresenta um índice de analfabetismo da ordem de 44% na zona rural, onde vivem cerca de 80% da população do município. De forma idêntica, o município da Serra apresenta alto grau de analfabetismo. Assim, a heterogeneidade da distribuição populacional, traz consideráveis distorções na interpretação das médias - uma vez examinados os municípios de forma desagregada.

O ensino superior conta com uma Universidade Federal, duas escolas superiores estaduais e três faculdades pertencentes a rede particular. Somente a Universidade Federal do Espírito Santo atende a um contingente de cerca de 7.000 alunos em 23 cursos diferentes. Este ano foi iniciado o primeiro curso de Pós-Graduação da Universidade Federal do Espírito Santo; Mestrado em Educação. Além desses a UFES vem ministrando cursos técnicos de nível superior em seu Centro de Tecnologia.

O contingente de alunos atendidos pelo sistema de Ensino de 2º grau, nessa Microrregião, atinge um total de 23.000 estudantes, sendo que 62,76% é absorvido pela rede particular e 37,32% pela rede oficial. Os cursos oferecidos a essa clientela alcança um total de 232 com 93,0% no setor terciário, 5,6% no secundário e 1,3% do setor primário da economia. Entre as habilitações oferecidas pelo ensino profissionalizantes podemos citar: Assistente de Administração; Técnico de Secretaria; Auxiliar Técnico de Mecânica, Eletrotécnica, Desenhista, Arquitetura, Patologia Clínica e Técnico em Contabilidade.

No que se refere ao ensino de 1º grau, a população escolarizada nesse grau de ensino atinge um total de 115.707 alunos, sendo que a rede oficial absorve 78,56% e a rede particular 21,43%. No que respeita a rede física o sistema nessa Microrregião conta com um total de 469 estabelecimentos com a seguinte distribuição: 85,28% pertencente à rede oficial e 14,72% à rede particular. O desenvolvimento do processo de escolarização no ensino de 1º grau para a população na faixa de 7 a 14 anos na Microrregião de Vitória, vem sendo caracterizado nos últimos anos por um permanente esforço no sentido de solucionar o problema da incapacidade física do sistema para comportar a contínua expansão da demanda, originada pelo crescimento vegetativo da população e constantes migrações internas assim como das distorções evidenciadas no sistema de ensino.

1.4.2.8. HABITAÇÃO - PANORAMA GERAL DA MICRORREGIÃO

O panorama habitacional observado na microrregião se nos oferece, pelo menos, dois tipos de informações de grande relevância para uma apreciação do quadro psicosocioeconômico existente. O primeiro tipo de informação mostra a dramaticidade do quadro social e econômico, enquanto que o segundo tipo permite-nos vislumbrar, ao mesmo tempo, progresso e deterioração. Da ação que for encetada pelo Governo sobre a realidade de que nos cerca, dependerá, sem dúvida, o tombamento final da balan

ça - se para o progresso, conforme esperamos, se para a deterioração da qualidade de vida, que buscamos desesperadamente evitar.

Levando-se em conta que pesquisa domiciliar feita pelo PDI - Plano de Ação Integrada para a Grande Vitória, em 1972, constatou que 58% da população mora em casa de alvenaria; 3% em apartamento e 34% em barracos - localizados em sua maioria na Serra, Cariacica e em Viana, e, considerando-se que salta aos olhos o elevado número de favelas que existem e surgem a cada dia na periferia do centro urbano da Grande Vitória, parece-nos que a ação do Governo, através do Sistema Financeiro de Habitação ainda está longe de atingir seus objetivos - sem embargo do considerável esforço despendido por citadas cooperativas para o saneamento do problema.

Entre obras executadas, a executar e planejadas, a COHAB apresenta, para a microrregião, um total de 13.581 unidades habitacionais, sendo 3231 já executadas, 4.957 projetadas e 5.393 planejadas.

Uma das grandes esperanças para a solução da problemática habitacional da Grande Vitória reside na ampliação do recém lançado Programa de Lotes Urbanizados - que tem demonstrado absoluto sucesso e representa, sem dúvidas, um esforço dirigido à classe de baixa renda, dentro da atual política do Governo.

Outra idéia que desponta com bastante possibilidade de sucesso vem a ser o Programa de Urbanização de Favelas. A vantagem maior deste programa está na manutenção do homem no seu habitat, evitando os traumas normalmente causados por deslocamentos e, ainda, preservando toda uma cultura existente na favela e bastante digna de ser preservada. Aliar-se-ia, assim, a melhoria da qualidade de vida com a manutenção de padrões sócio culturais indispensáveis à integridade das comunidades faveladas.

1.4.3. POTENCIAL ECONÔMICO DA ÁREA

1.4.3.1. ATIVIDADES INDUSTRIAIS

A *vocação* industrial da Área Metropolitana de Vitória, que se afirma a passos largos, deriva substancialmente da função portuária, que abre perspectivas favoráveis à localização de indústrias voltadas para mercados externos (nacionais e estrangeiros). O aproveitamento planejado das economias externas, reunidas da região por força dos serviços do porto, foi indicado como medida de estratégia econômica, com grande eficácia para consolidar o processo de industrialização.

Para condução do Programa de Industrialização, as agências atuantes no Estado são suficientes, não parecendo necessária a criação de novas entidades, nem mesmo alterações institucionais significativas.

É bom lembrar que os programas dessas entidades têm amplitude esta dual; a nível metropolitano ou municipal, não há órgão especializa do. Isto, a nosso ver, não representa uma deficiência. Pelo contrá rio: o enfoque estadual, que norteia a atuação das agências aludi das, garante o balizamento apropriado a uma correta programação do desenvolvimento industrial - tendo-se sobretudo em conta os princi pios recomendados na estratégia de desenvolvimento regional equili brado do Espírito Santo.

Destacam-se como agências, ou mecanismos, do Programa de Desenvolvi mento Industrial:

- a) O Sistema GERES/BANDES - que funciona basicamente como indutor de novos investimentos, lastreado nos recursos mobilizados mediante incentivos fiscais, federais e estaduais.
- b) O Sistema FUNDAP - que gerencia a aplicação dos incentivos fiscais obtidos em função das atividades ligadas ao Comércio Internacional.
- c) A Secretaria de Estado da Indústria e do Comércio, que atua como órgão normativo de cúpula.
- d) A SUPPIN - Superintendência de Projetos de Polarização Industrial, que é uma autarquia estadual criada, precipuamente, para concretizar o projeto do Centro Industrial de Vitória - CIVIT, um Distrito Industrial localizado dentro da Área Metropolitana.

A posição da Microrregião como o principal ponto de crescimento econômico do Estado, assumiu uma direção bem mais relevante a partir do advento dos chamados Projetos de Impacto, definidos e localizados na Grande Vitória, como:

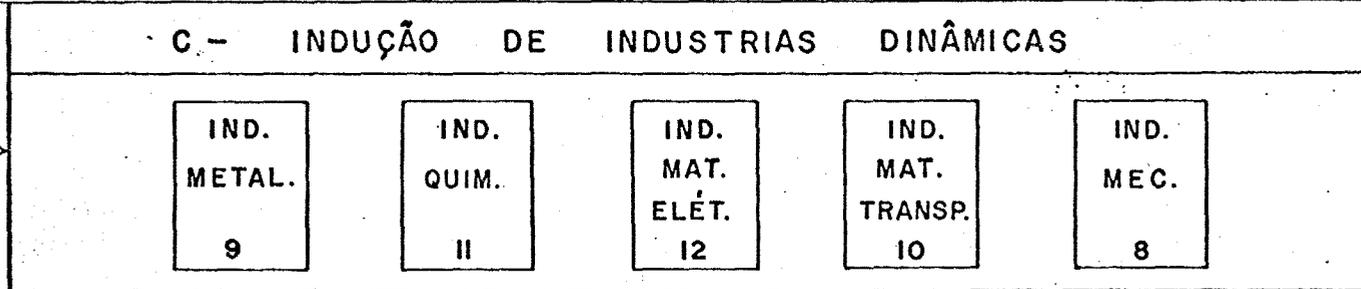
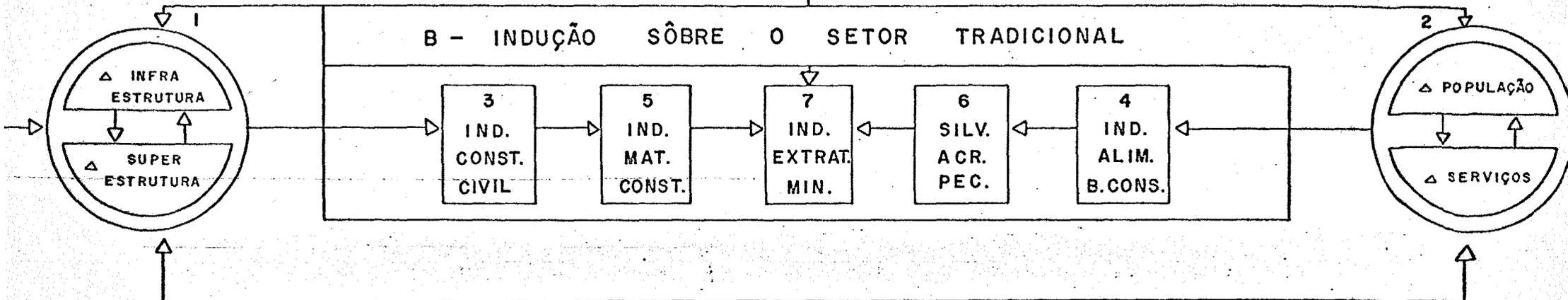
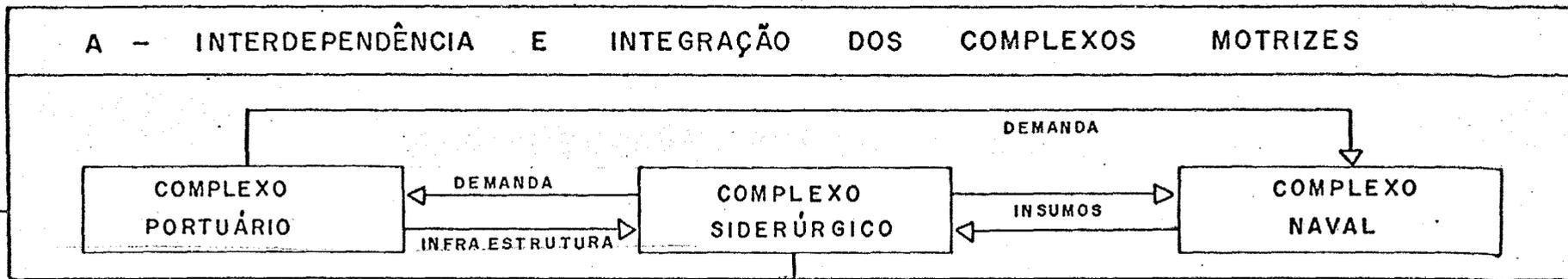
- Atividades Portuárias (inclusão de Vitória como ponto final de um corredor de exportação);
- Usinas de Pelotização da Companhia Vale do Rio Doce;
- Ampliação da Companhia Ferro e Aço de Vitória;
- Companhia Siderúrgica de Tubarão.

Com relação aos Projetos de Impacto, os seguintes comentários se fazem oportunos:

- a) Os citados projetos irão gerar uma condição favorável à obtenção de economias externas que irão beneficiar acentuadamente a Microrregião;
- b) O efeito indutor - para frente e para trás - gerado pelos Projetos de Impacto, irá trazer para a Microrregião toda uma malha de empresas, cujo mercado será ou o fornecimento de "inputs" ou a compra de produtos elaborados pelos setores Siderúrgico e Naval (vide Quadro 1);
- c) Os Projetos de Impacto irão deflagrar demanda por cerca de 13.500 empregos diretos (vide Quadro 2), beneficiando uma população estimada de 54.000 pessoas com uma elevação na renda;
- d) Finalmente, potencializará a já precariamente suprida demanda de infra-estrutura econômica-social básica, tendo profundo impacto no comércio em geral assim como no sistema de abastecimento de viveres para a população.

1.4.3.2. ATIVIDADES COMERCIAIS E DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

No tocante ao comportamento do Setor Terciário, já se observa uma crescente especialização do Centro de Vitória, cuja função comercial tenderá a modificar-se à medida em que se desloque o comércio de varejo. No "core" urbano da Área Metropolitana, apenas certos tipos de comércio sofisticado, de luxo, ou altamente especializado tenderão a permanecer.



D ACUMULATIVA DOS COMPLEXOS MOTRIZES

QUADRO 2

CARACTERIZAÇÃO DOS GRANDES PROJETOS.

DISCRIMINAÇÃO	GRUPOS EMPRESARIAIS	INÍCIO DA IMPLANTAÇÃO	INÍCIO OPERAÇÃO	ESCALA	INV. FIXO (US\$ 106)	EMPREGOS DIRETOS
A - Complexo Siderúrgico	-	-	-	-	<u>4.180</u>	<u>11.500</u>
1 - CST	SIDERBRÁS,					
1ª FASE	KAWASAKI e	1978	1981	3,0 m ton.	2.300	4.700
2ª FASE	FINSIDER	1981	1984	6,0 m ton.	1.500	2.800
2 - COFAVI (Expansão)	SIDERBRÁS	1975	1977	0,36m ton.	50	1.600
3 - PELOTIZAÇÃO	CVRD E ASSO ÇÃO ESTRANGÊI ROS	1975	1977/79	17 m ton.	330	2.400
B - Complexo Portuário	PORTOBRÁS	1974	1977/79	-	<u>310</u>	<u>2.000</u>
TOTAL	-	-	-	-	4.490	13.500

Em virtude da pressão causada pelo efeito multiplicador dos grandes projetos, conforme visto no item anterior, haverá, dentro de futuro próximo, uma necessidade de descentralização do comércio, de forma a que o centro urbano possa manter-se equilibrado. Os Centros de Animação a serem desenvolvidos em pontos estratégicos da Grande Vitória, virão representar um passo de vital importância para evitar um congestionamento na área central com sérios prejuízos para toda a atividade comercial. Os Centros de Animação serão locais de deliberação convergência das atividades comerciais, serviços de recreação, cívico-culturais e comunitárias.

1.4.3.3. ATIVIDADE TURÍSTICA

A atividade turística se apresenta, no que tange à Grande Vitória, com amplas perspectivas de desenvolvimento. As belezas naturais existentes na Microrregião; entroncamento rodoviário entre as BR - 101 e BR-262, são alguns dos marcos de referência capazes de induzir grande efeito de polarização turística para a Microrregião.

Por outro lado, uma vez segmentado o mercado turístico em seus componentes mais relevantes, a saber:

- . Turismo de Trânsito;
- . Turismo de Lazer;
- . Turismo de Negócios.

Pode-se perceber, com relativa facilidade, o impacto que o processo de industrialização já está exercendo sobre o Turismo de Negócios.

O número de viagens aéreas entre o eixo Rio de Janeiro, São Paulo e Vitória, tem, a despeito das medidas tomadas pelo DAC, objetivando economia de combustível para aviação, crescido consideravelmente. A Grande Vitória já apresenta movimento turístico ligado às atividades empresariais com intensidade bastante para manter em funcionamento constante a infra-estrutura hoteleira da Microrregião. Com efeito, uma das grandes vantagens do Turismo de Negócios é a sua ação como "*built-in stabilizer*" para o mercado turístico como um todo. Age como elemento de compensação para os ciclos de demanda característicos do Turismo de Trânsito e do Turismo de Lazer, impedindo, dessa forma, o funcionamento da rede hoteleira a níveis por demais desaquecidos, o que iria ter efeitos deprimidores sobre a oferta a médio/longo prazos.

Finalizando, cremos poder afirmar que o Turismo se apresenta como atividade bastante dinâmica dentro do contexto microrregional, com amplas perspectivas de ser incorporado definitivamente ao processo de desenvolvimento como um todo, já que seu componente mais estável, o Turismo de Negócios, se apresenta como "*demandada induzida*" pelo processo de industrialização. Este segmento, por sua vez, desempenha papel de destaque no composto promocional para o mercado turístico, haja visto que cada executivo que visita a Grande Vitória se encarrega de difundir, junto ao seu círculo de amigos, as belezas locais, a comida típica, etc., o que, por sua vez, amplia as bases do Turismo de Lazer, reforçando, dentro de uma perspectiva integrada, o mercado como um todo.

1.4.3.4. ATIVIDADES PRIMÁRIAS

A Fundação Jones dos Santos Neves, preconiza a reservação de zonas rurais, que envolverão o núcleo da Área Metropolitana (aglomeração de Vitória), e terão especializações econômicas concordes com a ecologia local e com as vocações dos solos.

A preservação dessas áreas rurais, contra o avanço avassalador da urbanização, dependerá de dois fatores conjugados:

- 1) O rígido cumprimento da legislação de usos do solo, proposta na Programação Urbanística para a Grande Vitória;
- 2) A efetiva valorização das atividades agrárias que nelas se localizem.

Com respeito à primeira condição, o instrumental legislativo indicado, juntamente com os mecanismos institucionais para o seu cumprimento igualmente proposto, lograrão resultados seguros.

Se, contudo, a exploração agrícola das terras periféricas à aglomeração, legalmente consideradas rurais, alcançar rendimento econômico medíocre, a nível de subsistência (como ocorre na atualidade em boa parte da Microrregião), dificilmente resistirão seus proprietários à tentação da especulação imobiliária, passando, assim, a pressionar as autoridades no sentido da liberação dos terrenos, ou seja, da anulação dos dispositivos aqui recomendados quanto ao zoneamento microrregional.

A organização de uma estrutura rentável de produção agrícola (não se vêem perspectivas para igual recomendação no campo da pecuária) impõe-se, conseqüentemente, como medida essencial. Somente será possível se apoiada em alguns produtos comerciais de mercado franco e preços compensadores.

A potencialidade agrícola da Microrregião, restringe-se à cultura de banana e abacaxi, assim como de horticultura, destacadamente as hortaliças de folhas (repolho, couves e alfaces), além de chuchu, pimentão, vagem, quiabo, pepino, beterraba e cenoura.

1.5.

DEMOGRAFIA

A composição e evolução demográfica dos cinco Municípios que compõem a Grande Vitória, estão sumariados nos dados do Quadro 3 que serão a seguir brevemente analisados.

Observando os dados referentes ao incremento populacional, notamos que a população da Grande Vitória vem crescendo mais rapidamente que a população do Estado do Espírito Santo. Assim, registra-se um acentuado ganho em termos de participação da Microrregião, propulsionado basicamente pela industrialização, assim como pelo processo de expulsão do homem do campo em função da utilização de novas e mais modernas técnicas de produção agrícola. A persistir esta tendência, o Estado do Esp. Santo deverá ter em 1990, segundo estudos da Fundação Jones dos Santos Neves, cerca de 41% de sua população total residindo na Grande Vitória.

De acordo com os dados da tabela, podemos observar ainda que a população Microrregional é formada majoritariamente (dados de 1977) por Vitória com 32,0%, Vila Velha com 32,6% e Cariacica com 25,3%, ocorrendo, portanto, uma perda da posição de Vitória que em 1950 representava 46,0% da população da Microrregião, enquanto que Vila Velha e Cariacica participavam com 21% e 20% da população microrregional, respectivamente.

Quanto à urbanização, nota-se que Vitória e Vila Velha já são Municípios quase totalmente urbanos, apresentando Índices de urbanização da ordem de 98,0% e 99,3%, respectivamente. Seguindo uma tendência natural da região, a urbanização avança rapidamente em Cariacica (65,2% em 1960, 68,0% em 1970 e 72,7% em 1977), assim como aos Municípios periféricos da Serra (37,4% em 1960, 46,2% em 1970 e 13,4% em 1977) e Viana (9,1% em 1960, 15,2% em 1970 e 13,4% em 1977).

A EVOLUÇÃO DEMOGRÁFICA DA MICRORREGIÃO.

DISCRIMINAÇÃO	ANO	VITÓRIA	CARIACICA	VILA VELHA	SERRA	VIANA	MICRORREGIÃO	ESTADO *
Área (Km ²)	-	81	273	232	547	328	1.461	45.590
População Total	1950	50,9	21,7	23,1	9,2	5,9	110,8	957,2
(1.000 Habitantes)	1960	83,3	39,6	55,6	9,1	6,6	194,2	1.418,3
	1970	133,1	101,6	123,8	17,3	10,5	386,3	1.617,3
	1977	156,3	123,6	159,1	33,0	16,4	488,6	1.701,4
População Urbana	1950	50,4	8,3	20,8	2,7	0,6	82,8	216,3
(1.000 habitantes)	1960	82,0	25,8	54,5	3,4	0,6	166,3	452,4
	1970	132,1	69,1	121,9	8,0	1,6	332,7	734,8
	1977	153,2	89,9	158,1	14,0	2,2	417,6	900,8
População Rural	1950	0,5	13,4	2,3	6,5	5,3	28,0	740,9
(1.000 Habitantes)	1960	1,3	13,8	1,1	5,7	6,0	27,9	965,9
	1970	1,0	32,5	1,9	9,3	8,9	53,6	883,1
	1977	3,0	33,7	0,9	19,0	14,2	71,0	800,6
Incremento (% ao ano)	50/60	5,1	6,2	9,2	(- 0,1)	1,1	5,8	4,0
População Total	60/70	4,8	9,9	8,3	6,6	4,8	7,1	1,3
	70/77	2,0	2,8	3,5	9,6	6,4	3,2	0,7
Incremento (% ao ano)	50/60	5,0	12,0	10,1	2,3	0,0	7,2	7,7
População Urbana	60/70	4,9	10,4	8,4	8,9	10,3	7,2	5,0
Incremento (% ao ano)	50/60	10,0	0,3	(- 7,6)	(-1,3)	1,3	0,0	2,4
População Rural	60/70	(- 2,7)	8,9	5,6	5,0	3,6	6,7	(- 0,9)

FONTE: Censos Demográficos - SER/IBGE.

Censo Escolar/PSE de 1977.

* Inclusive a população recenseada na parte da Serra dos Aimorés, posteriormente anexada ao Espírito Santo.

Para a Microrregião como um todo, o Índice de urbanização para os dados do Censo de 1977, alcançou a cifra de 85%. Como efeito potencializador deste índice, observamos que o crescimento da população urbana microrregional atingiu a elevada taxa de 7,2%, tanto para o período 1950/1960 como para 1960/1970.

No que respeita ao componente imigratório, o Quadro abaixo demonstra que 30,3% da população não natural da Microrregião de Vitória, tem sua residência aqui fixada há menos de dois anos. Aproximadamente, 51,8% da população não natural da Microrregião fixou-se na mesma há menos de 5 (cinco) anos! Salta à vista o peso da imigração como fator potencializador da "inchação urbana" na Microrregião. A infra-estrutura urbana não consegue ajustar-se às pressões populacionais com a mesma velocidade do fluxo imigratório, gerando um descompasso entre a oferta e a demanda de infra-estrutura - o que agrava sobremaneira o problema urbano já existente.

PESSOAS NÃO NATURAIS DA GRANDE VITÓRIA - CLASSIFICAÇÃO POR TEMPO DE RESIDÊNCIA.

VALOR ABSOLUTO		VALOR RELATIVO
Menos de 1 ano	24.820	14,2
1 a 5 anos	66.026	37,6
6 a 10 anos	38.044	21,6
11 e mais	46.738	26,6
TOTAL	175.628	100,0

1.6.

PLANEJAMENTO URBANO

1.6.1. OBJETIVOS

Partindo da premissa segundo a qual a Grande Vitória é hoje um pólo alternativo no contexto desenvolvimentista brasileiro e que urge prepará-la absorver o crescimento acelerado que experimentará nos próximos anos, cabe aos órgãos governamentais nos seus diversos níveis, a tomada de posição quanto ao ordenamento e integração de suas ações na região.

O ponto de partida para essa ação ordenada e integrada deve ser a visão global do espaço urbano da Microrregião. Desta forma é fundamental que a Aglomeração Urbana como um todo seja dotada de uma estrutura básica como suporte para o seu desenvolvimento harmônico.

A partir dessa visão geral, pretende-se fornecer elementos capazes de subsidiar as decisões não só a nível Microrregional como, também, aquelas relacionadas a questões locais.

1.6.2. FUNDAMENTAÇÃO

A estruturação do espaço da aglomeração urbana da Grande Vitória, conforme preconizada pela Fundação Jones dos Santos Neves, baseia-se na consideração de alguns fatores dentre os quais se destacam:

- os aspectos físicos que, dão à Aglomeração Urbana características próprias e condicionam seu crescimento a um comprometimento da ocupação com os marcos representados pelo mar, mangues e montanhas:

- a necessidade de não permitir-se que os erros observados no passado se repitam, principalmente quando se prevê que o crescimento futuro terá um dinamismo ainda mais acentuado que o ocorrido nas últimas décadas;
- a existência de monumentos históricos, artísticos e paisagísticos que devem ser preservados e valorizados, de forma a permitir sua incorporação ao acervo de uso real da Aglomeração Urbana;
- a urgência de uma tomada de posição no que diz respeito à defesa dos recursos hídricos de forma a evitar que os mesmos se deteriorem devido ao uso inadequado;
- o potencial econômico das atividades ligadas ao intercâmbio comercial (porto) e ao turismo, bastante acentuado devido à privilegiada posição geográfica da Aglomeração e sua beleza natural e de áreas vizinhas;
- a importância da Aglomeração como principal centro econômico estadual, além das funções político-administrativas desempenhadas por Vitória, seu embrião e principal centro;
- a localização concentrada nos municípios de Serra e Cariacica da maior parte das atividades industriais, a partir da implantação das plantas da Companhia Siderúrgica de Tubarão, das Usinas Pelotização da Cia. Vale do Rio Doce, e do Centro Industrial de Vitória;
- a imperiosidade de adoção de medidas que visem corrigir as distorções do crescimento da Aglomeração - representadas pelo crescimento em mancha-de-óleo e a conseqüente existência de grandes estoques de lotes vagos em marcante contraste com a contínua ocupação dos morros e mangues, resultando no estrangulamento do principal centro da Aglomeração, sediado na Ilha de Vitória;
- a prioridade de dotar-se a Grande Vitória de infra e super-estruturas capazes de suportar seu crescimento acelerado a partir dos complexos motrizes de sua economia;

- a consciência da necessidade de buscar-se, paralelamente ao crescimento econômico, o erguimento de uma cidade humana, onde a qualidade da vida seja um objetivo e não uma resultante marginal e aleatória.

A operacionalização dos objetivos propostos para o planejamento urbano da Microrregião está sendo levada à frente, de um lado, pela Fundação Jones dos Santos Neves, que já elaborou para a área os seguintes trabalhos: (a) Programa de Apoio à Política de Desenvolvimento Urbano; (b) Localização e Funcionamento do Centro de Animação de Carapina e (c) Plano de Ação Imediata de Transporte e Trânsito na Grande Vitória. Por outro lado, existe o CODIVIT - Conselho de Desenvolvimento Integrado da Grande Vitória, cujo objetivo maior é a tomada de posição conjunta de todas as prefeituras da microrregião na solução dos problemas, vista não de forma isolada, porém sob um prisma integrado.

1.6.3. PARTIDO ADOTADO

Consideradas algumas das consequências do crescimento espontâneo que caracterizou a Aglomeração no passado e ressaltada a necessidade de uma ação planejada no futuro, optou-se pela adoção de um partido urbanístico consubstanciado no Plano de Estruturação do Espaço¹ (ver mapa) que:

- ADENSE - a ocupação do solo de forma ordenada e sucessiva, tendo como sentido de expansão e limites de zoneamento os eixos representados pela BR-101/262 e pela Rodovia do Sol;
- DESCONCENTRE - o crescimento através de uma melhor distribuição dos equipamentos coletivos, usando um modelo polinucleado que, a partir

(1) O Plano de Estruturação do Espaço consta do trabalho "Grande Vitória: Uma Proposta de Ordenamento da Aglomeração Urbana", elaborada pela equipe embrião da FJSN.

dos Centros de Animação com a maior auto-suficiência possível e sendo suas principais características preservadas, viabilizará o descongestionamento do Centro de Vitória;

- MINIMIZE - as distâncias trabalho-residência-lazer através da oferta adequada de transporte de massa e da localização de equipamentos voltados para o convívio social e recreação de todas as faixas de população.

- PRESERVE - os vales - através de adoção de uma política que evite a ocupação de áreas alagadas e alagáveis; os morros - de forma a evitar o agravamento dos problemas de deslizamentos já observados; a paisagem e os monumentos que a natureza e a história nos legaram; e

- VALORIZE - a localização marítima da Aglomeração através de um melhor aproveitamento de sua extensa faixa litorânea com atividades ligadas ao lazer e à recreação (em oposição à atual tendência de se implantar largas avenidas a beira-mar).

2.

DIMENSIONAMENTO DA POPULAÇÃO POBRE

As informações mais recentes a respeito de renda familiar dos municípios que compõem a Grande Vitória são oriundas de uma pesquisa direta efetuada pela equipe da PLANORTE, em 1972.

A Pesquisa Domiciliar da Grande Vitória abordou a questão através do registro do ganho mensal de cada pessoa economicamente ativa da família, computando-se a renda familiar pela soma desses ganhos acrescidos de outros rendimentos derivados de pensões, aposentadorias, alugueis, etc.

A renda familiar média para os habitantes da microrregião situa-se em torno de 3.5 salários mínimos - valor razoavelmente elevado. Entretanto, esta média está conjugada com uma distribuição de renda extremamente concentrada na faixa de até 3 salários mínimos. Mais da metade das famílias da Grande Vitória (56%) encontra-se nessa categoria, a qual, quando analisada a nível municipal, mostra participações de 87% na Serra, 70% em Viana e 64% em Cariacica. Ora, levando-se em conta que uma grande minoria da população da microrregião dispõe de padrões de renda bastante elevados, uma característica inerente ao país, por sinal, deve-se interpretar as médias com cuidado. Os valores médios elevados podem refletir tão somente o grande peso exercido por uma minúscula parte da população, que concentra elevado percentual da renda interna.

Dessa forma, parece-nos que a realidade não coincide com o que nos leva a crer a estatística. Com efeito, o grande número de favelas que se espraiam pelos municípios de Viana, Cariacica, Serra, Vitória e Vila Velha, revelam um quadro bem mais doloroso. Levando-se em conta o elevado número de filhos apresentado pelas populações faveladas, a situação torna-se ainda mais crítica. Analisando-se as condições físicas da maioria dessas favelas - verdadeiras palafitas erguidas sobre os manguezais, sem as mínimas condições de higiene, nas quais os habitan

tes ficam impedidos de deslocar-se por ocasião das marés cheias, chega-se à conclusão que os níveis de pobreza sobrepujam quaisquer perspectivas fornecidas por dados puramente estatísticos. Somente uma visão pessoal da região poderá fornecer uma percepção adequada da gravidade do problema. As palavras tentam, mas não conseguem exprimir com o vigor necessário o drama da pobreza na microrregião da Grande Vitória.

3.

ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

- a) De um modo geral inexistente um sistema de planejamento, avaliação e controle a nível municipal, bem como da estrutura administrativa que responde por este serviço.

As prefeituras, devido a inúmeros problemas que lhes são característicos, restringem-se à elaboração de seu orçamento plurianual, em função do qual são controladas, na medida do possível, suas atividades.

- b) No que tange ao funcionamento de alguma unidade administrativa nos municípios com capacidade para montagem, implementação e avaliação de projetos municipais integrados, informamos que não existe, de forma sistematizada, nenhum órgão encarregado desses serviços.

ANEXO

PERFIL DOS PROJETOS

TÍTULO: CENTRO DE ANIMAÇÃO DE CARAPINA

CATEGORIA GERAL: Infra-Estrutura Social

TIPO: Melhoria em Setores Habitacionais

LOCALIZAÇÃO: Planalto de Carapina, ao Norte da Aglomeração Urbana da Grande Vitória, no Município da Serra.

BREVE DESCRIÇÃO: A concepção do Centro de Animação é o de dotar a extremidade Norte da Aglomeração de um centro de comércio e serviços capaz de oferecer serviços urbanos essenciais à população que lhe é tributária.

Localizado próximo ao Centro Industrial de Vitória e à área portuária e industrial de Tubarão, o planalto de Carapina nos últimos 5 (cinco) anos passou a desempenhar papel relevante também no setor habitacional.

Com mais de 15.000 residências (cerca de 75.000 habitantes) construídas e/ou em fase de construção pelo sistema COHAB/INOCOOP, a área dispõe de comércio e serviços básicos e essenciais, o que gera uma necessidade de deslocamento de mais de 15 Km até o centro de Vitória, hoje congestionado.

Além de uma Lei de Zoneamento para toda a área, o estudo básico do Centro de Animação de Carapina, propõe a urbanização de 360.000 m² destinados:

- . 50% a infra-estrutura social
- . 20% a vias e estacionamentos
- . 20% a comércio e serviços
- . 10% a residências

ÓRGÃO ENCARGADO DA CONCEPÇÃO E PREPARAÇÃO: Fundação Jones dos Santos
Neves.

SITUAÇÃO ATUAL: Estudo básico pronto.

ESTIMATIVA DE CUSTOS: Cr\$ 100.000.000,00

ESQUEMA PARA IMPLEMENTAÇÃO E INSTITUIÇÕES ENVOLVIDAS:

- Na Execução: Companhia de Desenvolvimento da Serra - COMDESERRA
(órgão da administração do Município da Serra) e Fundação Jones dos Santos Neves.

- Na Operação:- Prefeitura Municipal da Serra
 - Secretaria de Estado da Cultura do Bem-Estar Social
 - Secretaria de Estado da Educação
 - Secretaria de Estado da Saúde
 - Secretaria de Estado do Interior e dos Transportes
 - COHAB-ES
 - INOCOOP-ES

TÍTULO: HUMANIZAÇÃO DE FAVELAS - PROJETO PILOTO

CATEGORIA GERAL: Infra-Estrutura Social

TIPO: Melhoria Urbana

LOCALIZAÇÃO: Grande Vitória

BREVE DESCRIÇÃO: O quadro abaixo retrata uma situação que, mesmo com a defasagem no tempo, é uma realidade que marca a pobreza urbana na Grande Vitória.

DIMENSÃO DAS FAVELAS DA GRANDE VITÓRIA.

MUNICÍPIO	POPULAÇÃO URBANA (1.000)	FAVELAS			% SOBRE	
		Nº	POPULAÇÃO	DOMICÍLIO.	TOTAL	POPULAÇÃO
VITÓRIA	132,1	6	17.727	3.377	42	13,4
VILA VELHA	121,9	5	8.978	1.710	21	7,4
CARIACICA	69,1	3	15.960	3.040	37	23,1
TOTAL	332,7	14	42.665	8.127	100	12,8

FONTE: PDI da MR de Vitória - Out./73 - 1º volume - pág. 53/4 - (dados Censo por setores relativos a 1970)

ÓRGÃO ENCARGADO DA CONCEPÇÃO E PREPARAÇÃO: Fundação Jones dos Santos Neves.

SITUAÇÃO ATUAL: Estudo básico pronto.

ESTIMATIVA DE CUSTOS - ÁREAS PILOTO: Cr\$ 60.000.000,00

ESQUEMA DE IMPLEMENTAÇÃO E INSTITUIÇÕES ENVOLVIDAS:

- Na Execução: Prefeituras Municipais
- Na Operação:- Prefeituras Municipais
- Secretaria de Estado da Cultura e Bem-Estar Social.

TÍTULO: ÁREAS PARA O LAZER NA GRANDE VITÓRIA

CATEGORIA GERAL: SERVIÇO SOCIAL

TIPO: LAZER E RECREAÇÃO

BREVE DESCRIÇÃO DO PROJETO:

O crescimento acelerado da Aglomeração Urbana, na chamada Grande Vitória, e o processo de ocupação indiscriminado e desordenado do solo urbano, dão margem à dispersão habitacional, redução de áreas coletivas e a ampliação crescente dos limites a área urbana. Inicialmente, a ocupação se fez através de áreas suaves, expandindo-se segundo as vias de comunicação. Foram suficientes as terras, baixas e firmes, estabelecendo-se um bom comportamento entre o sítio e os usuários. O adensamento da ilha, e as pressões de crescimento populacional, levaram o transbordamento da cidade sobre cotas mais baixas, pelo aterro de mangues ou, simplesmente, sem o devido preparo; à subida para os acíves das montanhas circunvizinhas; à tentaculização dos arruamentos em direção aos núcleos satélites do continente. A expansão da mancha urbana, entretanto, não foi acompanhada da adição de áreas voltadas para o lazer e convívio de pessoas que nela vivem.

Em razão disso, deve-se preservar, a partir de agora, áreas coletivas para uso público, de forma a possibilitar uma vida urbana mais amena, mais associativa. Conceber um espaço cênico melhor adequado à circulação da população. Oferecer melhor tratamento às áreas de uso coletivo, já existentes, que também possam servir de incremento ao turismo. E, paralelamente, pensar em atividades culturais que visem oferecer opções, nas horas de ócio e tempo livre, à integração de indivíduos e à compensação do tempo destinado a atividades profissionais ou individuais. Por último, despertar uma consciência coletiva às necessidades futuras no que se refere à entretenimento.



Apesar de todo o esforço do sistema COHAB/INOCOOP, a oferta de habitações não tem sido compatível com as estruturas quantitativa e qualitativa da demanda, o que é refletido na ocupação contínua de mangues e morros por subhabitações.

A Fundação Jones dos Santos Neves, propõe-se a estudar o problema dentro de uma visão integrada, de tal forma a chegar a um Projeto Piloto de Humanização de Favelas, baseado na colaboração dos favelados e respeitados seus valores, ou seja, de melhorar o nível de área aproveitando os rendimentos existentes da urbanização e construção da casa, preservando os lugares de encontro, organizando e melhorando gradativamente a vida escolar e profissional,

ÓRGÃO ENCARREGADO DA CONCEPÇÃO E PREPARAÇÃO: Fundação Jones dos Santos Neves.

SITUAÇÃO ATUAL: Idéia sendo desenvolvida por equipe multidisciplinar (Arquiteto, Sociólogo, Geógrafo e Biólogo) na Fundação Jones dos Santos Neves.

ESTIMATIVA PRELIMINAR DE CUSTOS: Cr\$ 50.000.000,00

ESQUEMA PARA IMPLEMENTAÇÃO E INSTITUIÇÕES ENVOLVIDAS:

- Na Execução: - Prefeituras Municipais
- COHAB-ES
- Secretaria de Estado da Cultura do Bem-Estar Social
- Secretaria de Estado da Educação
- Secretaria de Estado da Saúde

- Na Operação: Os mesmos.

TÍTULO DO PROJETO:

TREINAMENTO DE RECURSOS HUMANOS PARA AS PREFEITURAS DA GRANDE VITÓRIA - VITÓRIA, VILA VELHA, SERRA, CARIACICA E VIANA.

OBJETIVO:

Oferecer treinamento às prefeituras da Grande Vitória, de forma a acelerar o processo de planejamento urbano através de reforço na infra-estrutura administrativa e técnica das mesmas.

JUSTIFICATIVA:

Acreditamos que o oferecimento do treinamento às prefeituras, seja a melhor forma de sintonizá-las com suas realidades, via instrumentalização acadêmico-prática, objetivando reforçar as bases administrativas de maneira a dar suporte aos objetivos do Curso de Desenvolvimento Urbano e Regional.

INSUMOS - RECURSOS FINANCEIROS:

PESSOAL:

. Supervisor	Cr\$	288.000,00
. Coordenador Acadêmico	Cr\$	144.000,00
. Secretária Administrativa	Cr\$	134.400,00
. Pessoal Docente	Cr\$	200.000,00
. Bolsas	Cr\$	720.000,00
. Encargos	Cr\$	61.312,00

A TRANSPORTAR Cr\$ 1.547.712,00 ✓

TRANSPORTE Cr\$ 1.547.712,00

MATERIAL DE CONSUMO:

. Bibliográfico Cr\$ 20.000,00

. Consumo Cr\$ 30.000,00

. Permanente Cr\$ 23.000,00

OUTRAS DESPESAS:

. Divulgação Cr\$ 15.000,00

. Diversos Cr\$ 18.000,00

TOTAL Cr\$ 1.653.712,00

TÍTULO:

COLETA E DISPOSIÇÃO FINAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS.

CATEGORIA GERAL:

Serviços Municipais.

TIPO:

Coleta/Destinação de Lixo.

LOCALIZAÇÃO:

Municípios da Grande Vitória.

DESCRIÇÃO:

Dada a rarefeita ocupação do solo nos bairros periféricos da Grande Vitória e considerada a precária situação financeira da maioria dos Municípios que a compõem, o serviço de coleta e disposição de lixo doméstico vem sendo executado pelas municipalidades de maneira bastante rudimentar.

Em estudo preliminar que se encontra na fase final de elaboração, a Fundação Jones dos Santos Neves detectou alguns problemas gerados por esse déficit no serviço básico e apresenta algumas soluções passíveis de implementação a curto prazo.

Assim sendo, foram dimensionados equipamentos e áreas necessárias para a disposição final de lixo, uma vez que, dentre as alternativas estudadas a que demonstrou maior viabilidade foi a do uso de aterro sanitário.

É importante ressaltar que o estudo técnico terá que ser acompanhado de medidas de cunho social, uma vez que o uso indiscriminado desse tipo de aterro tem gerado o surgimento de núcleos de sub-habitação sem nenhuma condição de moradia.

ÓRGÃO ENCARREGADO DA CONCEPÇÃO E PREPARAÇÃO:

Fundação Jones dos Santos Neves.

SITUAÇÃO ATUAL:

Estudo Básico em fase de datilografia.

ESTIMATIVA DE CUSTOS:

Cr\$ 30.000.000,00.

ESQUEMA PARA IMPLEMENTAÇÃO E INSTITUIÇÕES ENVOLVIDAS:

- . Na Execução: Prefeituras Municipais.
- . Na Operação: Prefeituras Municipais e Secretaria de Estado da Cultura e Bem - Estar Social.

TÍTULO:

HORTOMERCADOS E FEIRAS COBERTAS PARA A GRANDE VITÓRIA.

CATEGORIA GERAL:

Infra-estrutura Econômica.

TIPO:

Mercados e Armazens.

LOCALIZAÇÃO:

Grande Vitória.

BREVE DESCRIÇÃO:

É pensamento do Governo do Estado estabelecer um programa de implementação a curto prazo de feiras cobertas e hortomercados capazes de levar o abastecimento de hortigrangeiros mais próximo das comunidades consumidoras.

Em princípio, essas feiras cobertas seriam implantadas prioritariamente nos Centros de Animação definidos pela Proposta de Ordenamento Urbano, passando a constituir-se, inclusive, em elementos indutores da valorização das CA's como ponto de encontro comunitário.

Dada a versatilidade desse equipamento, é de ser ressaltada a possibilidade de sua utilização como centro comunitário, passando a viabilizar toda uma série de atividades nos dias e horas em que sua função abastecimento fase dispensável. Assim deveriam ser implantadas cerca de 10 feiras cobertas na Aglomeração Urbana da Grande Vitória.

Com respeito a implantação de hortomercados, além da obra já contratada para o horto mercado do Aterro da Comdusa a distribuição especial da população da Grande Vitória requer a implantação de mais um hortomercado em Carapina e um em Vila Velha.

ÓRGÃO ENCARREGADO DE CONCEPÇÃO E PREPARAÇÃO:

CEASA - ES/Fundação Jones dos Santos Neves.

SITUAÇÃO ATUAL:

Idéia.

ESTIMATIVA DE CUSTOS:

Cr\$ 80.000.000,00

ESQUEMA PARA IMPLEMENTAÇÃO E INSTITUIÇÕES ENVOLVIDAS:

- . Na Execução do Projeto: CEASA - ES.
- . Na Operação do Projeto: CEASA - ES e Prefeituras Municipais.

TÍTULO:

CADASTRO METROPOLITANO.

CATEGORIA GERAL:

Arcabouço Institucional.

LOCALIZAÇÃO:

Grande Vitória.

BREVE DESCRIÇÃO:

Para a área de Planejamento e Administração locais se propõe a elaboração de um programa de implantação gradativa de Cadastro Metropolitano que contempla um sistema de atualização simultânea e de codificação individualizada por Município. Tal programa teria por objetivos:

- 1) Evitar superposição de registros cartográficos e descritivos sobre os imóveis urbanos;
- 2) Dotar o processo de Planejamento Urbano do Estado de instrumentos para sua permanente atualização;
- 3) Organizar o sistema de informações básicas para as entidades de administração e Planejamento com ação direta e indireta na Microrregião, tais como:
 - a) Conselho de Desenvolvimento Integrado da Grande Vitória, a Entidade de Planejamento - Fundação Jones dos Santos Neves e Entidades Executivas de Serviços Urbanos;

- b) As municipalidades contidas na Microrregião de Vitória - principalmente através de seus setores fiscais, de Planejamento, de Serviços Urbanos e de Obras;
- c) As instituições Estaduais e Federais de coordenação e supervisão do desenvolvimento metropolitano: Secretaria Estadual de Planejamento, CNPU, etc.;
- d) As agências financeiras estaduais e federais de financiamento e fomento, detentoras de linha de crédito, cujas aplicações afetam a estrutura metropolitana: BNH, FINEP, banco de Desenvolvimento do Espírito Santo, etc.;
- e) Os Organismos Federais e Estaduais de ação setorial: Secretarias Estaduais, CESAN, ESCELSA, etc.;
- f) Iniciativa Privada.

Para a execução de tal programa há que se desenvolver estudos preliminares que permitam:

- 1) Definir as sucessivas etapas de montagem do cadastro da Grande Vitória;
- 2) Análise dos Cadastros existentes em Vitória e Vila Velha, atualmente desatualizados e inoperantes;
- 3) Definir a participação das entidades com atuação na Microrregião;
- 4) Elaborar programas de treinamento de pessoal;
- 5) Elaborar Sistema de Atualização e de Utilização do Cadastro.

ÓRGÃO ENCARREGADO DA CONCEPÇÃO E PREPARAÇÃO:

Fundação Jones dos Santos Neves.

SITUAÇÃO ATUAL:

A cobertura aerofotogramétrica (escala 1:25.000) já foi constatada através de convênio entre a Fundação Jones dos Santos Neves e o Departamento de Aerofotogrametria do Estado. A restituição e os demais passos já tem esquema montado por consulta especializada, dependendo agora de recursos.

ESTIMATIVA DE CUSTOS:

Cr\$ 75.000.000,00 (setenta e cinco milhões de cruzeiros).

ESQUEMA PARA IMPLEMENTAÇÃO E INSTITUIÇÕES ENVOLVIDAS:

- . Na Execução do Projeto: Fundação Jones dos Santos Neves/DAF/PRODEST (Processamento de Dados do Espírito Santo).
- . Na Operação: Prefeituras da Grande Vitória, PRODEST e Fundação Jones dos Santos Neves.

